



CP, EPE

Como já tínhamos informado por correio electrónico em 22 de Janeiro passado, da reunião plenária de Concertação Social havida em 21 do mesmo mês, foi criado um grupo de trabalho para tudo o que diga respeito à concertação colectiva. Nessa reunião apenas foram dados a conhecer os resultados operacionais de 2015 e mais algumas informações de carácter geral não sendo permitido tratar de outros assuntos pendentes por não constarem da agenda imposta.

Ficou a promessa de em muito breve se começar a discutir matéria do AE e outras. Até ao momento o referido grupo não deu sinais de vida.

Temos assuntos à espera de disponibilidade do Sr. Director Geral de Produção nos receber para serem debatidos e esclarecidos; temos, a nível central, questões relativas aos Abonos Variáveis que necessitam de ser rectificadas, debatidas; temos a importante questão dos infantários que tem de ser revista; temos alguns problemas resultantes da reposição das concessões de viagem que precisam ser ajustados e esclarecidos, embora saibamos que, no caso dos cartões com chip, o processo informático e o software necessário esteja a ser desenvolvido, não dependendo só da CP; temos a questão da falta de pessoal operacional que é transversal e que afecta também as chefias intermédias, sobretudo em alguns Depósitos de Revisão, enfim, temos vários assuntos que estão colocados à empresa e a aguardar respostas. Não obstante entendermos que com a mudança de Governo/Tutela é preciso algum tempo para ajustar e determinar as orientações de gestão para as empresas do SEE, consideramos todavia que alguns dos assuntos em questão não têm nada a ver com orientações da Tutela. Lamentavelmente a CP é useira e vezeira na protelação dos problemas que os sindicatos lhes colocam.

No que respeita ao processo dos abonos variáveis, o nosso advogado e os trabalhadores interessados – que não concordaram com o Acordo – estão em contacto para avançarem com processos judiciais patrocinados pela Associação, se assim o entenderem.

Nos restantes casos esperamos ser brevemente recebidos para os debater.

CP CARGA, S.A.

Com o processo de privatização concluído, cujo, o governo já informou, não será revertido, solicitámos uma reunião à nova Administração - que imediatamente disponibilizou para nos receber – aguardando-se data disponível de ambas as partes. Obviamente há um enorme número de questões que necessitam de ser esclarecidas. Aliás, todo o processo, porque os sindicatos não foram sequer informados, principalmente no que respeita à parte laboral e deveriam ter sido. Os trabalhadores não são pedras de xadrez que se mudam consoante a vontade dos jogadores. Não temos nada contra a MSC, note-se! Temos é contra o anterior governo que fez/ ordenou o negócio!

IP, S.A. - Refer

Nesta empresa as coisas estão ainda mais complicadas. Por via da fusão não sabemos se o monstro concebido é peixe ou carne.

Já se realizaram este ano duas reuniões com os sindicatos. Na primeira foi apresentado um plano de formação desenvolvido pela academia com envolvimento operativo na área da circulação que em termos abstractos nos parece aceitável, mas com algum cepticismo relativamente à sua execução, sobretudo referente ao planeamento. Há exemplos anteriores. No entanto esperamos que seja bem sucedido. Este é no fundo um processo que tínhamos identificado há anos e é

primordial para um adequado desempenho profissional. Portanto do interesse da empresa e dos trabalhadores. Decorrerá sempre no 1º quadrimestre do ano.

Identificamos contudo uma importante lacuna, é que formação permanente e actualizada não deve ser só para a Área da Circulação, mas também para a via. Aliás consideramos absolutamente necessárias normativas actualizadas para a Área da Via, que a nosso ver está desprezada. Nesse sentido vamos empenhar-nos em apresentar brevemente à empresa documento pormenorizado sobre o assunto.

Quanto à fusão... Bem, o presidente pode ser um entusiasta da ideia, mas não nos convence que este casamento contranatura possa defender interesses tão antagónicos como a rodovia/ferrovia cujos sectores são historicamente concorrenciais e sujeitos a pressões emanadas dos lobbies empresariais e do poder local e central. Água e azeite!...

Depois há o historial de entusiasmos anteriores abortados de António Ramalho enquanto presidente da CP...

Ou muito nos enganamos, ou aqui há gato! O património da Refer é apetecível. As verbas da CE também.

Quanto à reunião mais recente com o Capital Humano, com a presença do vogal do CA, responsável Dr. Adriano Rafael Moreira, foi mais uma vez um exercício de dialéctica entediante, vaga e vácuca como é sua característica. Na questão do pagamento dos abonos variáveis deixou no ar a promessa de, se, mas, pois as verbas... vamos ver se podemos anunciar em Junho no primeiro aniversário do casamento EP/Refer o pagamento a partir dessa data, mas as verbas orçamentais... vocês sabem... pois sabemos! Sabemos tanto do Dr. Rafael Moreira como sabemos do Dr. António Ramalho! Portanto...

Quanto à redução do horário de trabalho nos CCO e ao repouso mínimo, logo foi levantada a questão dos custos inerentes e a necessidade de se organizar o trabalho de modo a não haver mais custos, o que todos já sabemos o que significa, receber um chouriço em troca de um porco, como popularmente se diz.

Consequentemente, porque já prevíamos esta posição da empresa, encetámos antecipadamente com outras ORG, formas de luta reivindicando este assunto do horário de trabalho/repouso mínimo entre períodos de trabalho consecutivos e associado ao descanso; a resolução da questão dos abonos variáveis; concessões de viagem; etc.

Assim no dia 19 foi entregue um Pré- Aviso de Greve às oito horas de trabalho diário; à greve ao trabalho nos Feriados Nacionais e à exigência do repouso mínimo de 12 horas entre períodos normais de trabalho e associado aos descansos semanais para desde 07 de Março até 30 de Junho nos termos exactos do Pré-Aviso anexo.

Fomos notificados ao fim do dia 19 para uma reunião bilateral com o CH no dia 23. Se da reunião sair algo de interesse geral e útil daremos conhecimento por e-amil.

FUNDO DE SOLIDARIEDADE ASCEF – LUTUOSA

Já foi apurado o total, no valor de 6.817,45 €, sendo 4.480,27€ de associados da CP/CP Carga e 2.337,18 € de associados subscritores da Refer, que já foi entregue à viúva do falecido colega António Fernando Serrano Conceição em representação dos beneficiários.

Aproveitamos para informar que sendo a Lutuosa de subscrição facultativa, o valor agora apurado seria sensivelmente o dobro se todos os associados fossem subscritores. Lamentamos que assim seja. Lembramos contudo que em qualquer momento podem fazer a subscrição se assim o entenderem.

Saudações sindicais

A Direcção

